O que a fiscalização da SPA já mostrou sobre suas prioridades no primeiro

iGBRASIL

Notícias · Utilidades · Recursos para operadores de iGaming

Regulação · Estratégico

O que a fiscalização da SPA já mostrou sobre suas prioridades no primeiro ciclo

O padrão das autuações revela onde o regulador está olhando — e onde ainda não chegou.

Por Redação iGBRASIL, Redação

Publicado em 30/08/2026 às 22h26

- Atualizado em 07/09/2026 às 08h59
- 4 min de leitura

iGBRASIL

Por que importa

Publicidade irregular e ausência de canal de autoexclusão concentram as autuações.

Operações sem trilha documental levam mais tempo para responder e pagam mais caro.

Antecipar a prioridade do regulador é mais barato que reagir à autuação.

Norma escrita e norma aplicada raramente coincidem. O acervo de fiscalização acumulado desde

O que a fiscalização da SPA já mostrou sobre suas prioridades no primeiro

o início do mercado regulado, em janeiro de 2025, diz mais sobre risco real do que a leitura isolada da portaria.

Onde a fiscalização se concentrou

Três eixos dominam: publicidade fora dos parâmetros, deveres de detecção e monitoramento do apostador e envio de dados ao Sigap. A autoexclusão, por sua vez, passou a ser centralizada pela SPA por portaria de novembro de 2025, junto com as regras de autolimites, o que deslocou parte do controle para a infraestrutura do regulador; a infração de jogo responsável efetivamente sancionada em 2026 foi a ausência de ferramenta analítica e metodologia para identificar apostadores com potencial de desenvolver problemas com o jogo, uma das medidas cautelares aplicadas à Pixbet Soluções Tecnológicas em agosto de 2026.

O que ainda não foi olhado de perto

O enforcement brasileiro é remoto por desenho: a SPA fiscaliza a partir dos dados que o próprio operador é obrigado a enviar. Por isso, o núcleo técnico e financeiro da operação não está fora do alcance — o envio de informações ao Sigap foi justamente o eixo que produziu as sanções mais duras do ciclo, com a maior parte das 14 suspensões determinadas em agosto de 2026 decorrendo de falha de remessa. O regime exige seis tipos de arquivo, cinco diários e um mensal, incluindo cadastro do apostador e movimentação de carteira.

A lição operacional

O que reduz risco não é priorizar o que aparece na vitrine, mas garantir integridade e pontualidade da remessa regulatória — porque é dela que sai o que o regulador vê. E manter trilha documental: a maioria dos processos julgados terminou em advertência, e a diferença entre advertência, multa e medida cautelar tem passado pela capacidade de comprovar conformidade quando intimado. A diferença entre uma resposta em 48 horas e uma em três semanas costuma ser a organização do arquivo, não o mérito.

Conteúdo de demonstração publicado na implantação do iGBRASIL.

Atualização — 07/09/2026

O que a fiscalização já custou, em números

Dados obtidos por via de Lei de Acesso à Informação e publicados pela Folha de S.Paulo em 27 de julho de 2026 dimensionam o ciclo: cerca de 200 processos de fiscalização alcançaram 73 das 85 empresas autorizadas e geraram mais de 100 processos administrativos desde 2025. Trinta e nove já transitaram em julgado, com 32 advertências e 7 multas; outras 10 multas seguem contestáveis. O total de punições chega a quase R$ 11 milhões.

A maior multa individual conhecida é a de R$ 2,3 milhões aplicada à Blaze por publicidade irregular com participação de menores de 18 anos, em 33 vídeos veiculados por influenciador — caso em que a gravidade afastou o atenuante da primariedade. O parâmetro legal é bem mais alto: a sanção pecuniária vai de 0,1% a 20% do faturamento, com teto de R$ 2 bilhões por infração. Na prática, os valores aplicados ficaram abaixo de 0,5% da receita das empresas punidas. A cassação segue prevista na regulamentação e nunca foi aplicada.

Sigap deixou de ser tema de TI e passou a ser tema de licença

Até julho de 2026, apenas um processo havia resultado em suspensão — a da Pixbet, por ausência de cadastro no Consumidor.gov.br, depois revogada. Em agosto de 2026 o quadro virou: a SPA determinou a suspensão imediata de 14 sites de 6 empresas autorizadas (Pixbet, Zeroumbet, Enseada, Select, Nexus e RR Participações), mantidos acessíveis apenas para saque e para o aviso de suspensão. O precedente é claro: falha de remessa ao Sigap atinge a operação, não gera apenas advertência.

A recomendação operacional decorrente: monitoramento diário do aceite dos cinco arquivos diários e do arquivo mensal, alerta interno automático para rejeição e um responsável nomeado, com escalada medida em horas — não em dias.

IGBRASIL

Primariedade não é escudo permanente

A reincidência administrativa é aferida pela mesma conduta, o que hoje permite acumular advertências em infrações distintas. O Ministério da Fazenda declarou intenção de aperfeiçoar, no quarto trimestre de 2026, os procedimentos de monitoramento e de aplicação de sanções, com estudo de mecanismos de reparação de danos ao apostador — intenção anunciada, não norma vigente. Como contexto de pressão política, o Presidente da República convocou reunião com ministros e entidades em 2 de setembro de 2026 para discutir medidas sobre o setor, e a Agenda Regulatória SPA 2026-2027 permanece como calendário do que ainda vem.

Ganchos de acompanhamento

Portaria Interministerial MF/SECOM/MJSP nº 73, de 10/07/2026 (publicidade e cooperação SPA–Senacon–SNDD)

Portaria SPA/MF nº 1.964/2026, que altera a Portaria SPA/MF nº 1.231/2024

O que a fiscalização da SPA já mostrou sobre suas prioridades no primeiro

IN SPA/MF nº 3/2026 (bloqueio de beneficiários do Novo Desenrola Brasil)

Regulamentação da responsabilidade tributária solidária de instituições que viabilizam bets não autorizadas (junho de 2026)

Nota Técnica SPA/MF nº 2.958/2026, sobre mercados de previsão

Portaria interministerial em preparação sobre design e experiência do usuário

Assuntos:

Jogo Responsável · Licenciamento · SPA/MF

Fonte original:

https://igbrasil.com/noticias/regulacao/o-que-a-fiscalizacao-da-spa-ja-mostrou-sobre-suas-prioridades-no-primeiro-ciclo

Documento gerado em 28/10/2026 às 23h02.

Reprodução permitida mediante citação da fonte e link para o endereço acima.

© 2026 iGBRASIL. Conteúdo destinado a maiores de 18 anos.